

A DEPENDÊNCIA INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Kelly Olinda Gallo¹
Maria Andrea Dias²

Resumo

Este trabalho é resultado de um debate realizado pelo autor Roberto da Silva e sua obra *Os Filhos do Governo* (1992), intrínseco ao projeto *Pesquisar as vivências de sujeitos egressos dos serviços de acolhimento institucional e familiar (Paraná, Santa Catarina e São Paulo)* no que tange à sua convivência familiar e comunitária; teve como objetivo discutir a dependência institucional de crianças e adolescentes. Concomitantemente, o problema de pesquisa es compreender a preparação do/a adolescente para o egresso do acolhimento institucional e familiar pela maioria civil e verificar se há rupturas acíclicas neste novo ciclo de convivência. Inicialmente apresenta-se a linha histórica desse serviço, posteriormente o planejamento da saída por maioria civil de adolescentes destas instituições, na perspectiva de uma nova realidade. O caminho metodológico definido para este trabalho é a pesquisa bibliográfica, com revisão de livros e artigos científicos relacionados ao tema. Consideramos que há possível dependência, em alguns casos, respeito à permanência em algum modelo de instituição de acolhimento, devido à impossibilidade de restabelecimento de vínculo familiar ou comunitário, ocasionado pela vulnerabilidade das políticas sociais.

Palavras-chave: Criança e adolescente. Egressos do acolhimento institucional e familiar. Atuação profissional. Dependência institucional.

1 Introdução³

Este trabalho tem como premissa apreender de maneira sucinta como é realizado o planejamento da saída por maioria civil de adolescentes das instituições de acolhimento institucional e familiar, para prepará-los para enfrentar uma nova realidade. Com este estudo, pretende-se responder ao problema de pesquisa: Compreender a preparação do/a adolescente no egresso do acolhimento institucional e familiar pela maioria civil e se há rupturas acíclicas neste novo ciclo de convivência.

Este trabalho se justifica pela relevância do tema no desenvolvimento do projeto de pesquisa denominado “*Pesquisar as vivências de sujeitos egressos dos serviços de acolhimento institucional e familiar (Paraná, Santa Catarina e São Paulo) no que tange à sua convivência familiar e comunitária*”. Realizou-se a partir da apresentação, aos pesquisadores, da obra *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*, de Roberto Silva (1997), em que fora promovido o debate

¹ Centro Universitário Internacional - UNINTER – Graduanda no curso de Bacharelado em Serviço Social – Discente bolsista no Projeto de Pesquisa Devolução de Criança e Adolescente na Pré e Pós Adoção e Egresso dos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar. E-mail: kellyolindagallos1@gmail.com.

² Assistente Social – especialista em Gestão em Tecnologia Social – pós-graduanda em MBA Ciência Política: Relação Institucional e Governamental - Pesquisadora voluntária no Projeto de Pesquisa Devolução de Criança e Adolescente na Pré e Pós Adoção e Egresso dos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar. E-mail: and82m6@gmail.com.

³ Classificação do trabalho: Resultados de pesquisa. Polo de Apoio Presencial Carlos Gomes-Paraná.

sobre a dependência institucional de crianças e adolescentes que cresceram sob a tutela do Estado.

Esse debate nos fez refletir sobre a questão da centralidade deste tema na análise das práticas pedagógicas em instituições de acolhimento institucional e familiar, por se apresentar como novo desafio a ser enfrentado pela equipe técnica, para que se evite fomentar possível dependência institucional depois da desinstitucionalização.

A metodologia aplicada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com embasamento em artigos científicos e livros para a discussão do tema em tela. De acordo com Gil (2008, p. 50), “A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos [...]”; neste sentido, para iniciarmos a discussão será realizada uma breve contextualização sociohistórica dos abrigos institucionais, de maneira acrônica.

2 Síntese do contexto brasileiro sobre a atuação profissional e das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes

De acordo com Becher (2011), o serviço de abrigamento para criança e adolescente é uma prática que possui um viés de secularidade no Brasil. Realizando um recorte sobre a história deste serviço, é preciso recordar que, com o fatídico período de militarização da sociedade brasileira em 1964, foram instituídos novos modelos de abrigamento, denominados como Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, que embasam suas ações na aplicação da Doutrina de Segurança Nacional - DSN, ao compendiar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor - PNBEM. Eram instituições demagogas, que segregavam uma parte da população, pois abrigavam crianças e adolescentes com determinado estereótipo, construído socialmente; esse perfil estava composto por crianças negras e pobres, internadas por algum ato errôneo que houvessem cometido, segundo as legislações vigentes naquele período, para que houvesse a “reeducação”; depois deste processo — um tanto desumano em uma fase importante para o desenvolvimento humano —, esses sujeitos estavam aptos para voltar para o convívio social.

Ao revisar historicamente essa situação, perpassando a história de indivíduos que ingressaram à Febem, caracterizada como uma prática pedagógica aplicada com embasamento no Código do Menor de 1927, Da Silva (1997, p 26) indica que a instituição criminalizou “um número [...] grande de crianças que antes não tinham nenhum histórico de infração ou de criminalidade”. Segundo o autor, em alguns casos, a falta de um plano de ação para o preparo do adolescente para deixar o serviço de acolhimento institucional e familiar e restabelecer

uma nova dinâmica societária, pode ser motivo para que estes sujeitos em algum momento de suas vidas venham a burlar o sistema, como forma de retornar para algum modelo de instituição, situação que põe em evidência a sua dependência institucional.

Os fatores que respaldam esta situação podem ter relação com a precariedade⁴ na qual é pautado o atendimento ofertado dentro das instituições de acolhimento; como resultado, os internos não se reconhecem como sujeitos de direito na constituição de sua autonomia, se sentem incapazes de estabelecer uma relação independente frente ao novo desafio, no restabelecimento dos vínculos afetivos e sociais.

Por tanto, é necessário apontar a importância de investimentos e desenvolvimentos de políticas públicas para a infância em situação de vulnerabilidade e risco social; as crianças, em algumas situações, são inseridas no serviço de acolhimento ainda bebês ou muito pequenas; ressalta-se também a necessidade de considerar as particularidades de cada sujeito neste processo, ou seja, a sua história.

De acordo com o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Rosa *et al.* (2012) afirmam a importância da família no desenvolvimento da criança e do adolescente, apontam a ineficiência ainda presente no Estado em promover a garantia dos direitos legais, por meio da ressocialização. Tais consequências, consideradas frágeis ou até mesmo ausentes, agravam-se diante do longo período de permanência nas instituições de acolhimento institucional e familiar.

Concomitantemente,

[...]para que o desligamento institucional e a reinserção familiar aconteçam, é preciso fortalecer a rede de apoio às famílias durante todo o processo. Investir em políticas e serviços que resgatem condições dignas para as famílias; repensar as situações e condições que têm levado crianças e adolescentes ao acolhimento

⁴ A “cultura institucionalizada” durante os 21 anos de regime militar fincou profundas raízes no interior das instituições, impregnou diversas gerações de internos, de técnicos e de funcionários, foi incorporada pela sociedade como *slogan* (escola do crime) e largamente difundido pela imprensa. Isso quer dizer que esta “cultura institucionalizada” sobreviveu à derrota do regime militar, criou vida própria e autonomizou-se, sendo que hoje a sua superação e a sua extinção definitiva constituem o principal desafio do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em última instância, é essa “cultura institucionalizada”, sem um formulador teórico visível (que) não é a prática oficial das instituições e que é sistematicamente negada por funcionários e por técnicos - mas que de fato existe e continua vitimando crianças e adolescentes, constringendo seus próprios profissionais e envergonhando a nossa sociedade, que eu denomino a pedagogia do crime (DA SILVA, 1997, pág. 153).

institucional; e, sendo necessário o acolhimento, ter programas específicos e profissionais capacitados para viabilizar e acompanhar a reinserção social e familiar são algumas das ações que o governo e os programas de atendimento institucional podem fazer em curto, médio e longo prazos (CAVALCANTE *et al.*, 2010; RIZZINI; RIZZINI, 2007; SIQUEIRA *et al.*, 2010 citados por ROSA *et al.*, 2012, p. 368).

Neste sentido, embora existam políticas sociais específicas para atendimento ao adolescente egresso das instituições de acolhimento, sua eficácia é razoável, por não ampararem a todos os sujeitos ou de maneira mínima. Por isso a relevância de propiciar a participação da família e da comunidade neste novo desafio, fomentando momentos de reflexão quanto às suas experiências e perspectivas para o presente, mas visando o futuro, visto que, “(...), é preciso promover diálogos [...], além de apoiar e contribuir para que estes entendam e assimilem suas próprias mudanças” (OLIVEIRA; EGRY, 1997; OZELLA, 2003 apud ROSA *et al.*, 2012, p. 363), para que possam desenvolver a resiliência neste momento de transição.

Portanto, destaca-se a necessidade de planejamento das ações a serem desenvolvidas pela equipe técnica, da preparação e acompanhamento durante um período (06 meses a 01 ano) após a saída da instituição, para que não venham a suceder novas institucionalizações. Embora essa atuação tenha respaldo em legislações, normativas e diretrizes voltadas para o acolhimento institucional e familiar, ainda se carece de debates em relação às políticas públicas que possam amenizar possíveis impactos negativos dessa nova vivência.

3 Considerações finais

Considerando que a vivência em instituições de acolhimento contribui para possíveis mudanças no contexto social do adolescente e na sua subjetividade, é compreensível a relevância da discussão dos assistentes sociais sobre a formação e atuação de profissionais perante esta demanda, que deve resultar em ações para promover uma preparação humanizada, embora caiba a cada sujeito fazer as suas escolhas.

De acordo com Da Silva (1997), compreende-se a necessidade de garantir um atendimento adequado às crianças e adolescentes em instituições de acolhimento para que, embora sujeitos a condições de desenvolvimento particularizadas, possam se tornar indivíduos autônomos, libertos da dependência institucional.

Diante deste contexto, cabe ressaltar a importância do papel da universidade, enquanto instituição produtora e difusora do saber, através de um processo educativo, científico e cultural articulado entre ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável.

Por fim, enfatiza-se o movimento que vem sendo construído pelo projeto *Abandono-Devolução de crianças e adolescentes no processo de aproximação na modalidade adoção no Paraná - no período de 2017 e 2020* e pelo projeto *Pesquisar as vivências de sujeitos egressos dos serviços de acolhimento institucional e familiar (Paraná, Santa Catarina e São Paulo) no que tange à convivência familiar e comunitária*.

Este destaque deve-se à construção, efetuada por estes projetos, de diversos espaços formativos de aprendizagem, que valorizam a troca de saberes entre os acadêmicos do curso de Serviço Social e o compartilhamento das experiências entre os assistentes sociais. O propósito desses projetos é preparar os estudantes para a sua inserção nos campos de trabalho, oportunizando aproximação com a realidade social e profissional.

Referências

- BECHER, Franciele. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 1., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-16.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos deputados, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- COSTA, Dorival da *et al.* **Pesquisar as vivências de sujeitos egressos dos serviços de Acolhimento Institucional e Familiar (Paraná, Santa Catarina e São Paulo) no que tange à sua convivência familiar e comunitária**. Curitiba: Centro Universitário Internacional – UNINTER, 2019. Pesquisa em andamento.
- DA SILVA, Roberto. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. São Paulo: Ática, 1997.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ROSA, Edinete Maria *et al.* O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 361-368, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2012000300003 & script=sci_arttext & tlng=pt. Acesso em: 17 out. 2020.